

CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA**CITIZENSHIP AND HUMAN RIGHTS IN CONTEMPORARY EDUCATION** <https://doi.org/10.63330/sasciencsv6n2-178>

Submetido em: 27/08/2026 e Publicado em: 09/09/2026

SAS: e26404

Elisrael Passos

Doutorando em Estudos Globais

Universidade Aberta de Portugal (UAb)

E-mail: elisrael.passos@gmail.comORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1980-6325>**Resumo**

O presente artigo aborda a necessidade premente de integrar efetivamente temas relacionados à Cidadania Global e aos Direitos Humanos (DH) na estrutura educacional, visando uma formação holística dos alunos diante dos desafios de um mundo interconectado. O objetivo geral é investigar sobre a urgência e as possibilidades da incorporação efetiva de temas relacionados à Cidadania Global e DH no sistema educacional. Inicialmente, analisa-se o referencial teórico fundamentando a Educação para DH e Cidadania Global. Posteriormente, explora-se as estratégias de instituições globais nesse contexto. A pesquisa também identifica a forma como os países europeus têm integrado esses temas em suas práticas educacionais. A abordagem metodológica é bibliográfica, exploratória e qualitativa. Os resultados revelam a necessidade de uma integração mais robusta e sistêmica desses temas na educação. Como conclusão, ressalta-se que a Cidadania Global e DH não devem ser elementos isolados, mas intrínsecos à grade educacional, de maneira que promovam uma visão ampla e interligada do conhecimento.

Palavras-chave: Cultura de Direitos; Educação Cidadã; Formação Holística; Globalização e Educação.**Abstract**

This article addresses the pressing need to effectively integrate themes related to Global Citizenship and Human Rights (HR) into the educational framework, fostering the holistic development of students in the face of challenges posed by an interconnected world. The general objective is to investigate the urgency and possibilities of effectively incorporating Global Citizenship and HR themes into the educational system. Initially, the theoretical framework underpinning Education for Human Rights and Global Citizenship is analyzed. Subsequently, the strategies adopted by global institutions in this context are explored. The research also examines how European countries integrate these themes into their educational practices. The



methodological approach is bibliographic, exploratory, and qualitative. The results reveal a need for a more robust and systemic integration of these themes into education. In conclusion, it is emphasized that Global Citizenship and Human Rights should not be isolated elements but rather intrinsic to the educational process, thereby promoting a broad and interconnected view of knowledge.

Keywords: Citizenship Education; Globalization and Education; Holistic Development; Human Rights Culture.

1 INTRODUÇÃO

O conceito e a importância da cidadania na grade escolar constituem temas fundamentais no cenário educacional contemporâneo. Incorporar na Grade Escolar o estudo da Cidadania desde os estágios iniciais da formação de crianças e jovens tornou-se indispensável para o cultivo de sociedades participativas e conscientes de seus direitos e deveres (Decara; Rask; Tibbitts, 2021).

Paralelamente, a análise dos Direitos Humanos (DH) na Educação Moderna emerge como um componente essencial para promover valores fundamentais, como dignidade, igualdade e liberdade, entre os aprendizes (AIHR/CHRS, 2014). E neste contexto, instituições globais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), são influenciadores e promotores da abordagem de cidadania global e DH nas estruturas educacionais (Poziomyck; Guilherme, 2022).

Assim, este estudo tem como foco explorar a interseção desses elementos contemporâneos na Educação, buscando compreender como a efetiva incorporação de tópicos relacionados à Cidadania e aos DH têm sido incorporados na grade escolar e na formação de professores em países que estão à frente nesta questão. A justificativa para este estudo reside na urgência de formar cidadãos ativos e engajados, cientes dos valores éticos e sociais que devem orientar suas ações e as dos outros. Há mais de duas décadas, os países europeus têm introduzido o ativismo cívico no seu sistema educativo, buscando promover a diversidade e a democracia na valorização do Estado de direito (Council of Europe, 2022).

O questionamento central que orienta a presente pesquisa é: como a Educação para a Cidadania Global e os DH pode ser melhor integrada na estrutura educacional, de maneira que promova uma formação holística e prepare os alunos para enfrentar os desafios de um mundo cada vez mais complexo e interligado?

A pesquisa tem como objetivo investigar sobre a urgência e as possibilidades da incorporação efetiva de temas relacionados à Cidadania Global e DH na estrutura educacional. Os objetivos específicos são: i) analisar o referencial teórico que fundamenta a Educação para os DH e a Cidadania Global; ii) explorar as estratégias de instituições globais na promoção dessa abordagem educacional, e iii) identificar como os países europeus têm incorporado esses temas nas suas práticas educacionais.



O artigo apresenta a seguinte estruturada: após esta parte introdutória, o capítulo 2 apresenta o referencial teórico, sendo explorado os conceitos fundamentais relacionados aos temas centrais. O capítulo 3 refere-se aos procedimentos metodológicos; no capítulo 4 são explanados os resultados obtidos a partir da revisão bibliográfica, concentrando a discussão na interpretação dos resultados à luz dos objetivos específicos. O capítulo 5 traz as considerações finais e, por fim, são apresentadas as referências bibliográficas utilizadas no artigo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A seção explora dois temas centrais do artigo, Cidadania e DH na Educação Moderna. Inicialmente, é apresentado a evolução do conceito de cidadania, desde sua origem na Grécia Antiga até suas manifestações contemporâneas. O texto expõe como, ao longo dos séculos, a cidadania evoluiu para incorporar diversos aspectos da vida social, política e cultural. É destacado, também a relevância da cidadania nos sistemas educacionais e sua influência na formação de cidadãos participativos em uma sociedade democrática.

O texto explora como a educação contemporânea se tornou um instrumento fundamental na promoção de valores relacionados à cidadania e aos direitos humanos. Destaque para a importância de uma educação global, em sintonia com a Cidadania Global, na formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a promoção de uma sociedade justa e inclusiva.

2.1 CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

O conceito de cidadania teve origem na Grécia Antiga e, ao longo dos séculos, foi utilizado por diferentes sociedades com significados diversos. Inicialmente, limitava-se a direitos para um grupo restrito, excluindo mulheres, crianças, artistas e escravos. A revolução burguesa introduziu transformações ao incorporar direitos civis, políticos e, posteriormente, sociais e culturais ao conceito de cidadania. Ao longo do tempo, o conceito de cidadania evoluiu, expandindo-se para abranger diversos aspectos da vida social, política e cultural (Pozioomyck; Guilherme, 2022).

No cenário contemporâneo, a educação para a cidadania tornou-se um elemento essencial nos sistemas educacionais, buscando preparar os cidadãos para uma participação ativa e informada na sociedade democrática. No contexto brasileiro, a cidadania implica no pleno exercício de direitos civis, políticos e sociais, assegurados por um Estado de Direito. A centralidade da cidadania levou os Estados a incluírem seu ensino nos currículos educacionais, fortalecendo a noção de Estado e promovendo valores nacionais.

Durante o Regime Militar no Brasil, foi instituída a disciplina de Educação Moral e Cívica, mais comprometida com o controle social do que com a formação democrática. Posteriormente, a Constituição Federal de 1988 (CF de 1988), “chamada de Constituição Cidadã por conta dos direitos sociais e individuais



que inaugurou, [...] prescreveu, na Seção I do Capítulo III, Da Educação, que a educação é direito de todos e dever do Estado” (Poziomyck; Guilherme, 2022, p. 04). O ensino da cidadania foi revogado em 1993 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil, ao contrário de alguns países europeus, não prevê a disciplina autônoma de cidadania, mas integra essa temática em diversas outras.

Poziomyck e Guilherme (2022) explicam em seu artigo que o termo “Cidadania Global” surge em um contexto de globalização, onde fronteiras se tornam menos relevantes, e a integração internacional se aprofunda. A definição de globalização não é unânime, mas destaca a interconexão em diversas dimensões da vida cotidiana, o que exige adaptação e respostas aos diversos desafios inerentes ao processo.

No texto, os autores explicam as diferentes perspectivas sobre o fenômeno da globalização e sua relação com o conceito de Cidadania Global. Assim, explicam que a Educação para a Cidadania Global (ECG) evoluiu de acordo com diferentes entendimentos da globalização, cada um refletindo posições distintas no cenário político, social e econômico em nível global. Nesta linha, três abordagens procuram representar os cidadãos globais, sendo elas a perspectiva neoliberal, cujo cidadão global é um participante de sucesso em uma economia liberal; a perspectiva radical, onde o cidadão reconhece e desafia as estruturas opressivas; e a perspectiva transformacionista, na qual o cidadão é intrinsecamente conectado às questões globais. Resumidamente, a ECG propõe uma abordagem que transcende a cidadania nacional em um contexto globalizado.

O surgimento da ECG tem sido mencionada como originária da integração da Educação para a Cidadania com outras tendências da Educação Global, como DH, Educação Ambiental e Educação para a Paz. Essa convergência de áreas de estudo e ensino atua como um guarda-chuva abrangente que incorpora modelos educativos anteriores considerados incompletos, agora unificados sob a égide da ECG. Neste sentido, a cidadania global surge como uma resposta à interconexão global e às diversas dimensões da globalização, integrando diversas áreas de estudo para oferecer uma abordagem educacional mais abrangente e moderna.

Nesta mesma perspectiva, a Educação em DH engloba todo o processo de aprendizagem destinado a desenvolver conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos relacionados ao tema, inserindo-se no contexto dos processos de transformação social. Proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um marco na história dos DH. Esta Declaração estabeleceu pela primeira vez na história da humanidade, que os direitos humanos fundamentais devem ser protegidos universalmente. A DUDH foi traduzida para mais de 500 línguas, sendo amplamente reconhecida como um caminho aberto para a adoção de mais de setenta tratados de direitos humanos, aplicados na contemporaneidade em uma base permanente a nível global e regional (UN, 2023).



A Declaração sobre Educação e Formação em Direitos Humanos (UN, 2011) define a Educação em Direitos Humanos (EDH) como qualquer forma de ensino, treinamento, atividades informativas e aprendizado que contribuam para prevenir violações e abusos dos direitos humanos. Ela reconhece que a EDH engloba a educação sobre, para e por meio dos direitos humanos. Uma educação abrangente em direitos humanos não apenas fornece conhecimento sobre esses direitos e os mecanismos que os protegem, mas também desenvolve as habilidades necessárias para promover, defender e aplicar os direitos humanos na vida cotidiana. Pesquisas indicam que essas habilidades são mais eficazmente cultivadas por meio de abordagens participativas, centradas no aluno e democráticas dentro da sala de aula.

A fim de aprofundar a compreensão sobre a educação para os DH, torna-se imprescindível esclarecer o significado dos constructos que englobam o estudo dos direitos humanos (AIHR/CHRS, 2014).

Valores: os direitos humanos representam valores que refletem aspirações humanas, como dignidade, liberdade, igualdade e justiça. Esses valores são universais, embora diferentes culturas os expressem de maneiras diversas.

Normas e padrões: desde a adoção da DUDH, em 1948, surgiram normas e padrões por meio de tratados e convenções, dando significado aos direitos reconhecidos na Declaração; os Estados, ao ratificar tratados, assumem a obrigação de incorporar essas normas em suas leis, políticas e práticas; a sociedade civil desempenha um papel crucial na formulação de leis, políticas e programas, além de monitorar as iniciativas estatais.

Prática: traduzir normas em leis e políticas requer compreensão das questões, impactos nas pessoas e identificação dos melhores mecanismos para resolvê-las; as pessoas têm papel fundamental, pois o reconhecimento de reivindicações de direitos envolve transformações de poder na sociedade; a prática dos direitos também envolve compreender como o poder perpetua a exclusão e agir para transformar normas sociais, econômicas e políticas responsáveis pela exclusão.

Relação com conflitos: questões de direitos humanos são propensas a conflitos, desafiando relações de poder existentes e o *status quo* na sociedade; conflitos podem surgir em diferentes interpretações de um direito ou na necessidade de equilibrar diferentes direitos e interesses.

Democracia e estado de direito: a prática dos direitos humanos está intimamente ligada ao estado de direito e à democracia; o respeito aos direitos humanos fortalece a democracia, criando um ambiente propício para debates, transparência, responsabilidade, igualdade e justiça social; o ensino em direitos humanos precisa enfrentar esses desafios para fortalecer a promoção e proteção dos direitos humanos em nossas sociedades.

A UNESCO tem promovido nos últimos anos uma ECG voltada a construir sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis. A organização atua como um catalisador global, desenvolvendo diretrizes, estratégias e padrões para integrar efetivamente a ECG nos sistemas educacionais ao redor do mundo. A



instituição global enfatiza a importância de incorporar valores fundamentais, como respeito aos direitos humanos, diversidade cultural, sustentabilidade e paz, no contexto educacional. Além disso, a organização trabalha para capacitar educadores, fornecendo recursos e ferramentas que os ajudem a integrar práticas de ECG em suas metodologias de ensino (Poziomyck; Guilherme, 2022).

2.1.1 Educação moderna: A promoção de uma cultura voltada à cidadania e aos direitos humanos

Para Decara, Rask e Tibbitts (2021), é fundamental ter um currículo escolar sólido em EDH para assegurar que as futuras gerações compreendam seus direitos e respeitem e defendam os direitos dos outros. Crianças e jovens precisam adquirir conhecimentos, habilidades e atitudes apropriadas em relação aos direitos humanos. E neste sentido, os professores desempenham um papel essencial ao conduzir a aprendizagem com base em um currículo de EDH que promova o desenvolvimento de uma linguagem de direitos humanos caracterizada pelo respeito, dignidade e relevância, de forma prática.

Para esses autores, os Estados têm obrigações de acordo com diversos instrumentos de direitos humanos para garantir que a educação nacional promova o respeito pelas garantias e liberdades fundamentais. Eles são responsáveis por essas obrigações por meio de mecanismos e processos institucionalizados de monitoramento dos direitos humanos.

O contexto internacional para o desenvolvimento do currículo de EDH é respaldado por padrões internacionais, dentre eles o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que destaca que o direito à educação deve fomentar o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais e a Declaração da ONU sobre Educação e Formação em Direitos Humanos, que reforça o direito de todas as pessoas terem acesso à educação em direitos humanos. Além desses, o Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança destaca a importância de as crianças aprenderem sobre direitos humanos, observando a implementação prática desses direitos, inclusive nas escolas. Além disso, enfatiza a necessidade de incorporar a aprendizagem sobre a Convenção e os direitos humanos em geral em todos os estágios do currículo escolar. O Programa Mundial para a Educação em DH, estabelecido pela Assembleia Geral da ONU em 2004, concentra-se na integração da EDH nos sistemas de ensino primário e secundário. Seu Projeto de Plano de Ação Revisado, especialmente designado para incluir a EDH no currículo escolar, oferece diretrizes valiosas nesse sentido (Decara; Rask; Tibbitts, 2021).

A promoção da educação para os direitos humanos visa cultivar uma cultura fundamentada nos direitos humanos, onde cada indivíduo é incentivado e capacitado a respeitar, proteger e promover todos os direitos humanos. Tanto os direitos humanos quanto a democracia formam a base para a paz e a estabilidade na sociedade.



A educação para os direitos humanos, portanto, precisa começar em uma idade precoce e ir além da educação formal, com o envolvimento de múltiplas partes interessadas e métodos criativos de ensino e aprendizagem. Com a atual reação global contra os direitos humanos e a regressão democrática, a educação e a formação em direitos humanos são mais importantes do que nunca (ASEF, 2020, p. 21, tradução nossa).

Segundo a UNESCO (2014), a ECG surge como um paradigma educacional que visa desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes para construir um mundo mais justo, pacífico, tolerante, inclusivo, seguro e sustentável. Essa abordagem representa uma mudança conceitual que reconhece a relevância da educação na compreensão e resolução de questões globais. A ECG adota uma abordagem múltipla, integrando conceitos de diversos campos para avançar agendas relacionadas a direitos humanos, paz, desenvolvimento sustentável e entendimento internacional. O papel da ECG, então, é capacitar os aprendizes para lidar com os desafios do mundo contemporâneo, enfatizando atitudes, conhecimentos e habilidades para a cooperação global e a transformação social.

A preocupação central da ECG que deve estar presente na atual Educação de crianças e jovens concentra-se nos conhecimentos, habilidades e valores dos cidadãos, contribuindo para a participação social em níveis local e global. É uma atitude intrinsecamente ligada à função de socialização cívica, social e política da educação, preparando esta população para enfrentar os desafios de um mundo cada vez mais interligado e interdependente (UNESCO, 2014).

Em uma educação voltada para a cidadania global, são utilizadas estratégias, parceiras, diálogo e cooperação, abrangendo tanto a educação formal quanto a não formal. Na abordagem voltada à cidadania são incorporados conceitos, metodologias e teorias de diversas áreas, como já visto, onde é incluída a educação em direitos humanos e a educação para o desenvolvimento sustentável e para o desenvolvimento internacional, sendo mais produtivo uma ECG transdisciplinar e não como uma área separada, ou disciplina sobreposta. Em um mundo globalizado, a compreensão dos princípios da Cidadania Global e dos DH é uma ferramenta essencial para enfrentar os desafios contemporâneos e construir sociedades mais justas e inclusivas (UNESCO, 2014).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa básica, cujo meio utilizado foi uma revisão de literatura. Para tal, foi utilizado um levantamento bibliográfico composto por artigos científicos e demais publicações a respeito do tema de estudo (Prodanov; Freitas, 2013). A pesquisa teve como base de pesquisa as plataformas associadas à UNESCO, bem como de outras instituições que se assemelham e se destacam como catalisadores na promoção da Educação para a Cidadania Global e dos Direitos Humanos.



Quanto aos objetivos, a pesquisa é exploratória, que segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 51-52), “tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa”.

Considerando sua forma de abordagem, a pesquisa utiliza a técnica qualitativa, que na descrição de Prodanov e Freitas (2013, p. 70), é uma técnica que “não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave”.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta como os DH e a Consciência Cidadã têm sido incorporados na estrutura educacional dos Países Europeus, visando atender a emergência da educação moderna, destacando os direitos fundamentais como pilar na formação dos indivíduos. Compreendendo como os países mais desenvolvidos têm atuado nesta área pode trazer importantes contribuições para os demais países, como o Brasil.

4.1 INCORPORAÇÃO DOS DH NA ESTRUTURA EDUCACIONAL

A partir da explanação conceitual sobre os estudos relacionados aos DH e à Cidadania, com o objetivo de contribuir para a construção de um mundo mais justo e igualitário, em resposta às exigências da globalização e à necessidade de novas diretrizes para o ensino e aprendizado, conforme estipulado pela ONU, apresenta-se a seguir a integração desses estudos à rotina escolar, visando a formação de jovens e crianças.

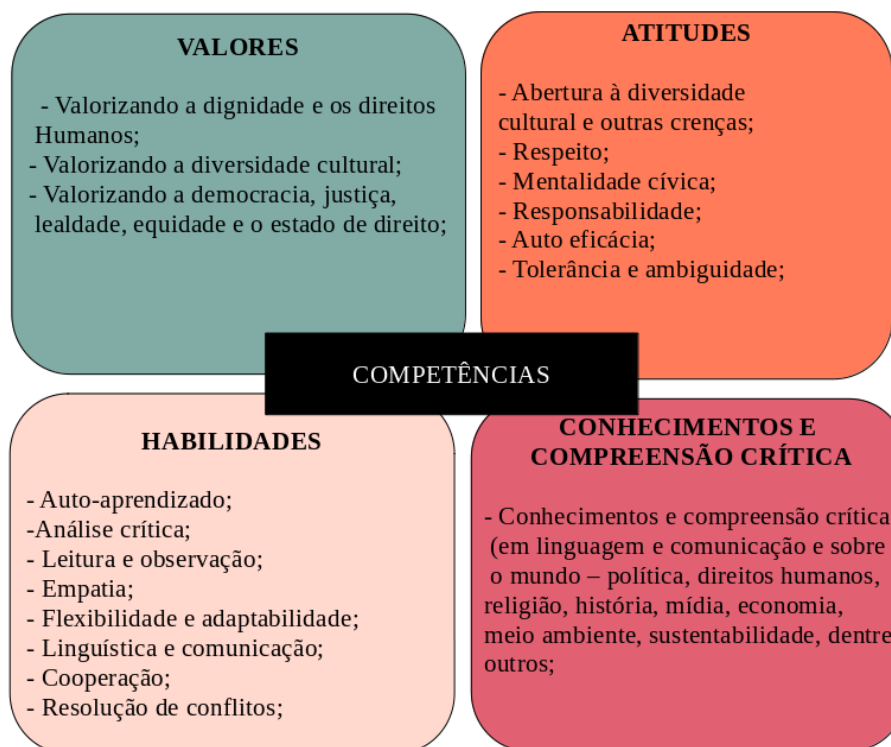
O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (Council of Europe) supervisiona a implementação da Convenção dos Direitos Humanos nos 47 estados membros e é exemplo para o restante do mundo. Baseado nos preceitos dos DH da ONU, a instituição disponibiliza um Quadro de Referência de Competências para a Cultura Democrática (RFCDC), orientando os Ministérios da Educação e profissionais da educação sobre o modelo conceitual de competências para criar sistemas educativos mais eficazes para promover as competências dos alunos para a cultura democrática. As orientações servem, também, para auxiliar a implementação da RFCDC em qualquer nível, nacional, regional, local ou transnacional (Council of Europe, 2018).

As orientações do RFCDC têm como objetivo proporcionar aos alunos conhecimentos, competências, compreensão, atitudes e comportamentos que os capacitem a contribuir para a construção e defesa de uma cultura global fundamentada nos direitos humanos, bem como orientar os profissionais da Educação sobre as práticas e metodologias para promover e proteger os direitos humanos entre os estudantes. As diretrizes do RFCDC envolvem orientação abrangente nas seguintes áreas: currículo, prática pedagógica, métodos de avaliação e formação e treinamento de professores para a implementação. A Figura



1 mostra o modelo de competências estimado pela RFCDC para implementar uma cultura democrática na escola, e envolve valores, atitudes, habilidades, conhecimentos e compreensão crítica.

Figura 1 – Modelo de competências para a cultura democrática



Fonte: Council of Europe (2018, p. 63)

No Brasil, os Planos Nacionais e os Comitês Estaduais de Educação em Direitos Humanos são identificados como dois mecanismos significativos para orientar o processo de implementação e supervisão, visando efetivar a priorização da educação em direitos humanos como uma política pública, reconhecida como um processo abrangente e multifacetado que direciona a formação do indivíduo enquanto detentor de direitos, englobando as seguintes dimensões (CNEDH, 2007, p. 25):

a) apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; b) afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; c) formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político; d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e) fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações.

4.2 DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA CIDADÃ

Nos países membros da União Europeia, a educação para a cidadania está presente nos currículos nacionais de todos os países, sendo abordada de três maneiras principais: como disciplina independente,



como parte de outra disciplina ou área de aprendizado, ou como uma dimensão transversal. Uma combinação dessas abordagens também pode acontecer. Em grande parte dos países membros há uma disciplina obrigatória dedicada à educação para a cidadania, muitas vezes ainda no nível primário, mas mais frequentemente no nível secundário (Eurydice, 2012).

Segundo o Parlamento Europeu (EPRS, 2021), os currículos dos países europeus abordam a natureza multidimensional da cidadania. As escolas estabelecem objetivos não apenas em termos de conhecimento teórico que os alunos devem adquirir, mas também em relação às habilidades a serem dominadas e às atitudes e valores a serem desenvolvidos. A participação ativa dos alunos dentro e fora da escola é amplamente encorajada. Além da sala de aula, os alunos aprendem sobre cidadania por meio de aprendizado informal, tornando a educação mais eficaz quando apoiada por um ambiente escolar que permite aos alunos vivenciar os valores e princípios do processo democrático.

Em geral, os currículos de cidadania abrangem uma ampla variedade de tópicos, abordando os princípios fundamentais das sociedades democráticas, questões contemporâneas como diversidade cultural e desenvolvimento sustentável, além das dimensões europeias e internacionais (Council of Europe, 2022).

No que diz respeito à formação de professores, cursos e especializações oportunizam a formação de professores especialistas em educação para a cidadania e estão disponíveis em diversos países. As qualificações necessárias para ensinar cidadania geralmente são generalistas no nível primário, enquanto no nível secundário, a área de educação para a cidadania geralmente é integrada aos cursos de formação inicial de professores especialistas em História, Geografia, Filosofia, Ética/Religião, Ciências Sociais ou Economia. Poucos países definiram um conjunto de competências comuns diretamente relacionadas à cidadania que todos os professores recém-qualificados do ensino secundário devem adquirir. No entanto, a maioria dos países conferiu um *status* transversal a elementos dessa área temática.

Diante do reconhecimento crescente da importância da implementação de uma abordagem escolar abrangente para apoiar a educação para a cidadania, alguns países emitem, também, recomendações específicas para os diretores de escola. Em alguns casos, a formação específica para esse papel é fornecida no contexto de programas especiais de direção escolar ou por meio de outras formas de desenvolvimento profissional contínuo (EUROPEAN COMMISSION/ EACEA/EURYDICE, 2016).

Embora haja uma variedade de programas e estruturas que proporcionam experiências práticas de cidadania fora da escola, a avaliação na área da cidadania ainda apresenta desafios. Os mais contundentes dizem respeito a falta de uma avaliação adequada dificultando a implementação efetiva da cidadania como uma disciplina separada em alguns países. Mas, ferramentas de avaliação para professores ou testes padronizados para alunos estão presentes em algumas nações e buscam avaliar competências sociais e cívicas independentemente de uma disciplina específica (EUROPEAN COMMISSION/EACEA/EURYDICE, 2016).



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo investigar sobre a urgência e as possibilidades da incorporação efetiva de temas relacionados à Cidadania Global e DH na estrutura educacional. Em vigência do cenário global contemporâneo, a interconexão entre Cidadania e DH na Educação emerge como um imperativo para a formação integral dos indivíduos. A busca por integrar de maneira efetiva estas duas áreas de ensino na estrutura educacional revela-se não apenas uma necessidade, mas uma responsabilidade inalienável diante dos desafios complexos de um mundo interdependente.

A análise teórica prévia a respeito da educação para os DH e a Cidadania Global, mostra a urgência de promover uma compreensão profunda desses conceitos, excedendo o conhecimento teórico para a manifestação prática na vida cotidiana. As estratégias delineadas por instituições globais se configuram como faróis orientadores, delineando padrões e diretrizes para efetivar essa integração nos sistemas educacionais nacionais.

A investigação das práticas educacionais nos países europeus demonstrou que a educação para a Cidadania e os DH não são meros tópicos curriculares, mas estão integrados à grade educacional. A abordagem multidimensional desses temas nos currículos nacionais reflete o compromisso em formar cidadãos conscientes, éticos e ativos em suas comunidades.

Em resposta ao questionamento levantado, este estudo encontra a resposta na necessidade premente de redefinir o propósito da educação contemporânea. A formação holística almejada requer não apenas a transmissão de conhecimentos, mas uma imersão profunda nos valores da cidadania e nos princípios dos DH. A integração desses temas na estrutura educacional torna-se um alicerce essencial para preparar os alunos para os desafios e responsabilidades de um mundo em constante transformação.

REFERÊNCIAS

AIHR/ CHRS - Asian Institute for Human Rights/Center for Human Rights Studies. **Human rights education meanings and practices**. Kalpalata Dutta, 2014.

ASEF - Asia-Europe Foundation. **Human Rights Education & Training**. 19th Informal ASEM Seminar on Human Rights, 2020.

CNEDH. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Presidência da República, 2007.

COUNCIL OF EUROPE. **Reference framework of competences for democratic culture**: Descriptors of competences for democratic culture. V. 2. 2018. Disponível em: <<https://www.coe.int/en/web/campaign-free-to-speak-safe-to-learn/-/reference-framework-of-competences-for-democratic-culture-volume-2-descriptors-2018->>. Acesso em: 07 set. 2026.



COUNCIL OF EUROPE. **Guidelines for integration of RFCDC in selected subjects of national curricula**. European Union, 2022. Disponível em: <<https://rm.coe.int/hf27-guidelines-integration-rfcdc-eng/1680a66836>>. Acesso em: 07 set. 2026.

DECARA, Cecília; RASK, Carol; TIBBITTS, Felisa. (2021). **Guide on human rights education curriculum development**. Disponível em: <<https://hrea.org/wp-content/uploads/2022/01/Guide-on-human-rights-education-curriculum-development.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2026.

EPRS. Parlamento Europeu. **Implementation of citizenship education actions in the EU**: European Implementation Assessment. 2021. Disponível em: <[https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2021/694207/EPRS_STU\(2021\)694207_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2021/694207/EPRS_STU(2021)694207_EN.pdf)>. Acesso em: 07 set. 2026.

EUROPEAN COMMISSION/EACEA/EURYDICE. **Promoting citizenship and the common values of freedom, tolerance and non-discrimination through education**: Overview of education policy developments in Europe following the Paris Declaration of 17 March 2015. Luxembourg: Publications Office of the European Union. 2016. Disponível em: <<https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/ebbab0bb-ef2f-11e5-8529-01aa75ed71a1>>. Acesso em: 07 set. 2026.

EURYDICE. Citizenship Education in Europe. **EACEA**, 2012. Disponível em: <<https://eurydice.eacea.ec.europa.eu/publications/citizenship-education-europe>>. Acesso em: 07 set. 2026.

POZIOMYCK, Arthur; GUILHERME, Alexandre Anselmo. Educação para cidadania global: Críticas e Desafios. **Revista Contexto & Educação**, a. 37, n. 118, Maio/Agosto 2022, e12576, p. 1-13. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/23862/2/Educao_para_Cidadania_Global_Crticas_e_Desafios.pdf>. Acesso em: 07 set. 2026.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. [recurso eletrônico]. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

UN General Assembly. **Declaration on Human Rights Education and Training**. 2011. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/en/resources/educators/human-rights-education-training/united-nations-declaration-human-rights-education-and-training>>. Acesso em: 07 set. 2026.

UN. **Universal Declaration of Human Rights (1948)**. 2023. Disponível em: <<https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>>. Acesso em: 07 set. 2026.

UNESCO. **Global citizenship education**: preparing learners for the challenges of the 21st century. 2014. <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000227729>>. Acesso em: 07 set. 2026.